

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.313 - ES (2019/0156572-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE VITÓRIA
PROCURADOR : ERON HERINGER DA SILVA E OUTRO(S) - ES009661
AGRAVADO : SINDIUPES SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADOS : LORENA MELO OLIVEIRA E OUTRO(S) - ES012571
PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO - ES012623

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto pelo MUNICÍPIO DE VITÓRIA, contra decisão de minha lavra, publicada em 27/06/2019, assim fundamentada, **in verbis**:

"Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE VITÓRIA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

'AGRAVO INTERNO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECE PARCIALMENTE DE OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARA, NO PONTO, JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO, NO SENTIDO DE REDUZIR O MONTANTE ALCANÇADO A TÍTULO DE **ASTREINTES**. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA MULTA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

1. A decisão recorrida, embora mencione o disposto no art. 537, § 1º, do CPC/2015, na verdade, está sedimentada em recentes julgados do c. STj, os quais, na forma do art. 461, § 6º, do CPC/1973, possibilitavam que o magistrado, até mesmo de ofício, afastasse ou alterasse o valor alcançado a título de **astreintes**, sobretudo quando insuficiente ou excessiva, à luz dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de evitar eventuais enriquecimentos sem causa.

2. a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça "firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou

excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes. [...]' (AgInt no AREsp 919.356/SP, Rei. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018). Precedentes.

3. Recurso desprovido" (fl. 842e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fundamento no art. 105, III, a da CF/88, o recorrente alega ofensa aos arts. da Lei 1.060/50, sustentando o que se segue:

'B - DA VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(...)

Infere-se do primeiro dispositivo citado que ao magistrado é permitido reduzir apenas multa vincenda e não a multa vencida, sendo esse o caso versado nos autos.

Após o trânsito do processo de conhecimento - onde restou fixada a multa originariamente em R\$ 40.000,00 ao dia e, posteriormente, em R\$ 80.000,00 ao dia, diante da relutância do recorrido em cumprir a decisão que considerou ilegal o movimento paredista do magistério do município Vitória - o recorrente manejou execução da quantia de R\$ 1.400.000,00, tendo sido surpreendido pelo Vice-Presidente do TJES que reduziu o valor da multa diária, totalizando agora R\$ 35.000,00.

Não obstante, não poderia o digno magistrado assim ter agido pois que, o dispositivo por ele invocado, veda a redução de multa já vencida, sendo certo, ainda, que essa decisão foi tomada quando já em vigor o novo CPC.

(...)

Com efeito, a liminar não foi modificada ou revogada; pelo contrário, foi confirmada pelo Pleno, que desproveu o agravo regimental interposto pelo recorrido, que objetivava a redução da multa e/ou que não fosse a mesma majorada de R\$ 40.000,00 para R\$ 80.000,00. Conforme se infere do acórdão de fls. 29/32, o pedido foi desprovido, tendo transitado em julgado em 5.11.14 (processo apenso: 0012156-36.2014.8.08.0000).

O sindicato recorrido sequer se insurgiu no primeiro agravo regimental interposto conta a decisão liminar que reconheceu a ilegalidade da greve e fixou multa diária de R\$ 40.000,00

(processo apenso).

É certo que formulou pedido de redução da multa na alínea "f" da contestação (fl. 196); contudo, o pedido não foi analisado no acórdão que julgou procedente a demanda e, nesse caso, quedando-se inerte o sindicato, e não opondo embargos de declaração, tem-se que a rediscussão do tema restou preclusa, não havendo falar, agora, em pedido de redução do valor da multa.

Permitir, agora, que o valor seja reduzido, é fazer tabula rasa da coisa julgada e do direito adquirido, razão pela qual deve o acórdão hostilizado ser reformado.

Por outro lado, o mesmo acórdão objuregado violou tanto o artigo 537. § 1º, inciso I do NCPC, quanto o 461, § 6º, do CPC/73, na parte referente aos requisitos para a redução da multa fixada (suposta excessividade). É que os dois parágrafos dos referidos artigos preceituam que o juiz pode reduzir o valor da multa se considerá-la excessiva.

Ora, no caso sub examine, não se mostra desajustado o valor anteriormente fixado porque o bem em jogo foi o direito constitucional de educação, sonegado de forma categórica pelo sindicato recorrido que levou mais de 30 dias para cumprir a liminar, não podendo agora, na fase de execução, alegar excesso no montante total, porque decorrente do extenso período de descumprimento intencional do comando jurisdicional. O recorrido não pôs fim ao movimento em razão da decisão judicial, mas por decisão da categoria em assembleia.

O prejuízo foi manifesto à coletividade, porque os alunos ficaram sem aula; os pais não tiveram com quem deixar os filhos; as aulas tiveram que ser repostas no final do ano e aos sábados; muitos professores e alunos não compareciam no citado dia em razão de sua crença religiosa; muitos professores se aposentaram naquele ano letivo ou tiveram seus contratos encerrados em dezembro, impedindo a reposição dos dias que não foram trabalhados durante a greve; enfim, todos saíram prejudicados.

Insta anotar que o recorrido é pessoa jurídica e teria que comprovar, para a redução da multa, a impossibilidade de pagamento, com a juntada da respectiva documentação e a sua condição de hipossuficiência econômica, o que não restou atendido.

Pelo contrário, o primeiro agravo (interposto contra a decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo) foi protocolado em março e o sindicato, conforme lhe convinha, juntou extrato bancário do mês de janeiro. Teria que juntar extratos de vários meses, para fins de comprovação da hipossuficiência. No entanto, escolheu juntar apenas do mês que lhe convinha. Não obstante, verifica-se do extrato colacionado a fl. 10 que as movimentações financeiras são altas: o salto de início de mês era de R\$ 656.034,61; com certeza, no início do mês seguinte, o saldo aumentaria de novo, devido ao recebimento de valores provenientes de mensalidades, contribuições associativas, contribuições sindicais etc, oriundos dos milhares de servidores dos 77 municípios capixabas e do próprio Estado do Espírito Santo.

Nesse diapasão, o Município comprovou que o recorrido possui condições econômicas de arcar com a multa, as custas do processo e honorários advocatícios (fls. 361/428 dos autos em apenso).

Com efeito, somente no Município de Vitória, o recorrido, no ano de 2013, arrecadou R\$ 710.268,60; e de janeiro a maio de 2014, arrecadou R\$ 230.290,13, o que comprova seu poderio econômico (fls. 364/428).

Além desses valores (mensalidades, contribuições etc), o recorrido passou a contar com mais uma fonte de receitas: é que a partir de 2015, o Município de Vitória passou a descontar a contribuição sindical dos servidores e a repassá-la aos sindicatos respectivos.

Só o recorrido teve direito, em março de 2015, a R\$ 545.809,41 (fls. 22/90 dos autos em apenso); já para 2016, o recorrido teve direito a R\$ 494.712,85 (fls. 526/535). Somente esse tipo de contribuição soma R\$ 1.040.522,26, sem contar com os valores da contribuição sindical de 2017, paga no mês de maio.

O recorrido faz tão pouco-caso de desses valores que sequer se dignou a recebê-los junto ao Município, o que obrigou o Ente Público a ajuizar ação de consignação perante a Justiça Trabalhista (0000049-69. 2016.5.17.0006) - fls. 526/535).

(...)

Tem, portanto, condições de arcar com todo o débito do vertente processo judicial, não se mostrando desarrazoada e/ou desproporcional a multa outrora fixada. Em entendendo esse Colendo STJ pela possibilidade de manutenção do acórdão e,

consequentemente, pela redução da multa já abarcada pelo trânsito em julgado, que majore a quantia fixada na decisão monocrática e agravo interno, pois que muito aquém do valor correspondente ao bem da vida debatido nos vertentes autos.

(...)

O recorrido só encerrou a greve depois que a Administração decidiu por cortar o ponto dos professores, senão confira-se em: <https://tribunaonline.com.br/termina- greve-dos-professores-de-vitoria>. Acesso em 23.9.18:

(...)

Verifica-se que o recorrido é reincidente quanto ao não cumprimento de decisões judiciais, e reduzir o valor da multa é incentivar tal conduta e contribuir para o desprestígio do Poder Judiciário. Dessa forma, também sob esse ângulo, deve o v. Acórdão ser reformado.

IV - REQUERIMENTOS

ANTE O EXPOSTO, requer o conhecimento e provimento do presente recurso especial, para o fim de reformar o v. Acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, reconhecendo-se a violação ao princípio constitucional da coisa julgada e do direito adquirido" (fls. 858/865e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 871/876e), o recurso foi inadmitido na origem (fls. 882/884e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 891/901e).

A irrisignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem negou seguimento ao Recurso Especial ao fundamento de incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ e 284 do STF.

Extrai-se dos autos que, nas razões do Agravo em Recurso Especial, a parte recorrente deixou de impugnar, fundamentadamente, o óbice aplicado pelo Tribunal de origem.

Isso porque, "fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar, que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ" (STJ, AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 26/06/2013), com a indicação, nas razões do Agravo, de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, o que não ocorreu, no caso.

Ou seja, deveriam ter sido enfrentados os fundamentos determinantes dos julgados apontados como precedentes, ou com a demonstração de

que não se aplicam eles ao caso concreto, ou de que há julgados contemporâneos ou posteriores do STJ em sentido diverso, não bastando, para tanto, sustentar que o Tribunal de origem invadiu a competência do STJ.

Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 189.381/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2012; AgRg nos EREsp 1.111.941/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 18/03/2014.

Especificamente quanto à Sumula 7/STJ, "não basta a assertiva genérica de que é desnecessária a análise de prova, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do citado óbice processual" (STJ, AgInt no AREsp 1.067.725/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2017).

A propósito:

'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. **IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 182 DO STJ. INCIDÊNCIA.** ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. (...)

3. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e específica, todos motivos da decisão ora agravada, limitando-se a alegar, genericamente, ofensa ao art. 535 do CPC/1973, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, em flagrante desrespeito ao princípio da dialeticidade.

4. **No tocante à incidência da Súmula 7 do STJ, a mera referência a julgados desta Corte favoráveis à reavaliação do conjunto probatório, mas sem nenhuma identidade fática com o caso em análise, não tem o condão de ilidir os fundamentos da decisão agravada.**

5. Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 721.539/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS. ARESP. RAZÕES DE AGRAVO QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR E ART. 544, § 4º, INC. I, CPC.

1. (...)

2. No mais, trata-se, originalmente, de agravo interposto contra decisão da instância ordinária que negou admissibilidade a recurso especial com base nos seguintes argumentos: (i) inexistência de ofensa ao art. 535 do CPC e (ii) aplicação da Súmula n. 7 desta Corte Superior.

3. **Nas razões de agravo (ARESP), a parte agravante não combateu todos os motivos que ensejaram a negativa de seguimento ao recurso especial (decisão agravada): afirmou-se não se pretender a análise de fatos e provas (com conseqüente não-incidência da Súmula n. 7/STJ), sem, contudo, demonstrar tal assertiva - trascrevendo, por exemplo, trechos do acórdão recorrido em que tenha sido travada a discussão do especial, para provar que não são necessários novos aportes de fatos e provas não contidos no acórdão. Combate deste tipo é genérico e não se presta como impugnação à decisão agravada.**

4. Incidem, no caso, a Súmula n. 182 desta Corte Superior (por analogia), segundo a qual '[é] inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada' e o art. 544, § 4º, inc. I, segunda parte, do CPC.

5. Agravo regimental do Ministério Público estadual não conhecido.

Agravo regimental do Ministério Público Federal não provido" (STJ, AgRg no AREsp 27.323/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/12/2011).

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Com efeito, com o advento da Lei 12.322, de 09/09/2010, o Agravo de Instrumento contra decisão que não admite Recurso Especial passou a ser Agravo nos próprios autos. Porém, o legislador incorporou, ao

texto legal, o **princípio da dialeticidade**, há muito sedimentado na jurisprudência desta Corte, com amparo na doutrina sobre o tema.

Assim, de acordo com o inciso I do § 4º do art. 544 do CPC/73 – aplicável, no caso, quanto à admissibilidade do Agravo –, é dever da parte agravante atacar, **especificamente**, todos os fundamentos da decisão do Tribunal de origem que nega trânsito ao Recurso Especial, sob pena de não conhecimento de sua irresignação.

Esta Corte, com fundamento no citado dispositivo, bem como no princípio da dialeticidade, vem aplicando, por analogia, a Súmula 182/STJ ao Agravo que não refute, de maneira específica, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial. É o que se depreende da leitura dos seguintes julgados:

'PENAL. PROCESSUAL PENAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL NÃO COMBATIDOS. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1 - O Tribunal obstou o prosseguimento do recurso especial por verificar a ausência de prequestionamento e ausência de demonstração de dissenso pretoriano, o que implicaria deficiência na fundamentação, nos termos da Súmula n. 284 do STF.

2 - O agravante deixou de impugnar as causas específicas de inadmissão do agravo em recurso especial. Incidência do enunciado sumular 182 do STJ.

3 - Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 467.250/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe de 15/05/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA 'C'. DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. **É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.**

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

3. **Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, 'a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a da Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a Corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico'. (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe 2/2/2012).**

Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do art. 932, III, **in verbis**:

'Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III. não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Na mesma senda, quanto à competência do Relator nesta Corte, o RISTJ – com a redação dada pela Emenda Regimental 22/2016 – assim dispõe:

'Art. 34. São atribuições do relator:

(...)

a) não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

Em reforço, ainda, as percutientes palavras do Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, em voto proferido no julgamento do AgRg no Ag 682.965/DF, **in verbis**:

'De fato a matéria é interessante. Efetivamente, entendo que a decisão de admissibilidade do recurso tem que ser entendida como um todo. Ficaria difícil, em se tratando de recursos complexos, porque muitas vezes são capitulados em termos distintos, se entender que, em um ou outro caso, determinada matéria poderia não ser atacada e, ainda assim, sobreviver o recurso, porque o agravo de instrumento, em determinado ponto, seria suficiente para fazer subir o recurso especial naquela parte.

Parece-me que a questão, muito embora - diga eu - seja interessante, tem que ser interpretada de forma sistemática.

É que o recurso especial ataca vários pontos. Conseqüentemente, o despacho é de admissibilidade do recurso especial por inteiro. De modo que ficaria difícil considerarmos como suficiente o agravo de instrumento do despacho de inadmissibilidade do recurso especial, que é por inteiro, apenas no ponto em que é suficiente para impugnar um ou outro aspecto daquela decisão de inadmissibilidade. Vejo com muita dificuldade como poder-se-ia dissociar ou se fracionar o despacho de admissibilidade em vários pedaços, uma vez que ele é do próprio recurso especial por inteiro" (STJ, voto do Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, AgRg no Ag 682.965/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2009).

Corroborando esse entendimento, os seguintes precedentes que refletem o pensamento consolidado nesta Corte: STJ, AgRg no AREsp 649.462/MS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (Desembargador Federal Convocado do TRF/1ª Região), PRIMEIRA TURMA, DJe de 15/09/2015; AgRg no AREsp 626.858/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe de 28/08/2015; AgRg no Ag 940.242/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 26/08/2015; AgRg no AREsp 643.218/PR, Rel. Ministro MAURO

CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/08/2015; AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2012.

Ainda, no mesmo sentido:

'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 544, § 4º, I, DO CPC.

1. Nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC, com a redação dada pela Lei 12.332/2010, não se conhece de Agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha impugnado especificamente a fundamentação da decisão agravada.

2. Antes da positivação dessa regra, a jurisprudência do STJ já aplicava, por analogia, no conhecimento do Agravo de Instrumento, o disposto na Súmula 182/STJ: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'.

(...)

5. A impugnação tardia dos fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial (somente por ocasião do manejo de Agravo Regimental), além de caracterizar imprópria inovação recursal, não tem o condão de afastar a aplicação do referido verbete 182/STJ, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa (AgRg no AREsp 581.718/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 22/10/2014).

6. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 704.988/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/09/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do presente Agravo em Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento), levando-se em consideração o trabalho adicional imposto

ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015" (fls. 928/936e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Entende o agravante que a r. decisão vergastada merece ser reformada porque, data venia, é injusta, sob o prisma jurídico, e em conflito com a doutrina e com as normas vigentes que regem a matéria.

Assim, pretende o agravante buscar, pela via recursal, a decisão final que possa derramar justiça no deslinde da demanda em tela.

(...)

Restaram majorados os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento).

Ocorre que, recentemente, foi divulgado o boletim "Jurisprudência em Teses" - edição 129 - desse colendo Tribunal, no qual restou publicado o seguinte entendimento:

4) A majoração da verba honorária sucumbencial recursal, prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, pressupõe a existência cumulativa dos seguintes requisitos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.03.2016, data de entrada em vigor do novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

(...)

No vertente caso, não houve fixação de honorários advocatícios na origem, razão pela qual incide o entendimento jurisprudencial supra.

Ipsa facto, deve ser provido o vertente agravo interno para o fim de reformar a condenação na indigitada verba.

(...)

Aduz a decisão monocrática que não houve insurgência específica contra o óbice aplicado pelo tribunal de origem para negar seguimento ao REsp.

Se é certo que o STJ fixou o entendimento de que a multa fixada pode ser reduzida, também é certo que, essa jurisprudência foi cunhada sob a égide do CPC/73, sendo que o atual diploma processual veda tal procedimento, sendo admitida apenas a minoração da penalidade vincenda, senão veja-se:

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:

I - se tornou insuficiente ou excessiva;

II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.

Por esse motivo, não foi possível colacionar jurisprudências que albergavam a tese exposta, vez que o tema é novo e o STJ ainda não se debruçara sobre o mesmo.

A insurgência foi apresentada nesses moldes e pode não ser apta a modificar o entendimento pretérito do Tribunal da Cidadania, mas isso não significa concluir que o recorrente deixou de impugnar, fundamentadamente, o óbice pelo tribunal de origem, como afirmado na decisão hostilizada" (fls. 939/950e).

Por fim, requer "sejam acolhidas as inclusas razões, que demonstram a necessidade de reforma da r. decisão proferida pela eminente ministra- relatora, pelo quê espera seja aquele comando decisório modificado, determinando-se o seguimento do agravo interno para o julgamento na Colenda Turma do STJ, e, após, pelo seu provimento para o fim de reformar a decisão do TJES que reduziu o montante da multa fixada, assentando-se o entendimento de que, após a publicação do CPC/15, somente é possível a redução da multa vincenda. Requer, ainda, seja afastada a majoração dos honorários, pois que a verba não restou fixada na origem" (fl. 949e).

Não houve manifestação da parte contrária.

É o relatório.

Com razão a agravante acerca da ausência de fixação de honorários e da impugnação, nas razões do Agravo em Recurso Especial, do óbice da Súmula 83 do STJ, motivo pelo qual, reconsidero a decisão combatida quanto ao ponto e passo à nova análise do recurso.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE VITÓRIA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO INTERNO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE

CONHECE PARCIALMENTE DE OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARA, NO PONTO, JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO, NO SENTIDO DE REDUZIR O MONTANTE ALCANÇADO A TÍTULO DE **ASTREINTES**. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA MULTA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

1. A decisão recorrida, embora mencione o disposto no art. 537, § 1º, do CPC/2015, na verdade, está sedimentada em recentes julgados do c. STj, os quais, na forma do art. 461, § 6º, do CPC/1973, possibilitavam que o magistrado, até mesmo de ofício, afastasse ou alterasse o valor alcançado a título de **astreintes**, sobretudo quando insuficiente ou excessiva, à luz dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de evitar eventuais enriquecimentos sem causa.
2. a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça "firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes. [...]'. (AgInt no AREsp 919.356/SP, Rei. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018). Precedentes.
3. Recurso desprovido" (fl. 842e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fundamento no art. 105, III, a da CF/88, o recorrente alega ofensa aos arts. 461 e 573 do CPC/73, sustentando o que se segue:

"B - DA VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(...)

Infere-se do primeiro dispositivo citado que ao magistrado é permitido reduzir apenas multa vincenda e não a multa vencida, sendo esse o caso versado nos autos.

Após o trânsito do processo de conhecimento - onde restou fixada a multa originariamente em R\$ 40.000,00 ao dia e, posteriormente, em R\$ 80.000,00 ao dia, diante da relutância do recorrido em cumprir a decisão que considerou ilegal o movimento paredista do magistério do município Vitória - o recorrente manejou execução da quantia de R\$ 1.400.000,00, tendo sido surpreendido pelo Vice-Presidente do TJES

que reduziu o valor da multa diária, totalizando agora R\$ 35.000,00.

Não obstante, não poderia o digno magistrado assim ter agido pois que, o dispositivo por ele invocado, veda a redução de multa já vencida, sendo certo, ainda, que essa decisão foi tomada quando já em vigor o novo CPC.

(...)

Com efeito, a liminar não foi modificada ou revogada; pelo contrário, foi confirmada pelo Pleno, que desproveu o agravo regimental interposto pelo recorrido, que objetivava a redução da multa e/ou que não fosse a mesma majorada de R\$ 40.000,00 para R\$ 80.000,00. Conforme se infere do acórdão de fls. 29/32, o pedido foi desprovido, tendo transitado em julgado em 5.11.14 (processo apenso: 0012156-36.2014.8.08.0000).

O sindicato recorrido sequer se insurgiu no primeiro agravo regimental interposto conta a decisão liminar que reconheceu a ilegalidade da greve e fixou multa diária de R\$ 40.000,00 (processo apenso).

É certo que formulou pedido de redução da multa na alínea "f" da contestação (fl. 196); contudo, o pedido não foi analisado no acórdão que julgou procedente a demanda e, nesse caso, quedando-se inerte o sindicato, e não opondo embargos de declaração, tem-se que a rediscussão do tema restou preclusa, não havendo falar, agora, em pedido de redução do valor da multa.

Permitir, agora, que o valor seja reduzido, é fazer tabula rasa da coisa julgada e do direito adquirido, razão pela qual deve o acórdão hostilizado ser reformado.

Por outro lado, o mesmo acórdão objuregado violou tanto o artigo 537. § 1º, inciso I do NCPC, quanto o 461, § 6º, do CPC/73, na parte referente aos requisitos para a redução da multa fixada (suposta excessividade). É que os dois parágrafos dos referidos artigos preceituam que o juiz pode reduzir o valor da multa se considerá-la excessiva.

Ora, no caso sub examine, não se mostra desajustado o valor anteriormente fixado porque o bem em jogo foi o direito constitucional de educação, sonogado de forma categórica pelo sindicato recorrido que levou mais de 30 dias para cumprir a liminar, não podendo agora, na fase de execução, alegar excesso no montante total, porque decorrente do extenso período de descumprimento intencional do comando jurisdicional. O recorrido não pôs fim ao movimento em razão da decisão judicial, mas por decisão da categoria em assembleia.

O prejuízo foi manifesto à coletividade, porque os alunos ficaram sem

aula; os pais não tiveram com quem deixar os filhos; as aulas tiveram que ser repostas no final do ano e aos sábados; muitos professores e alunos não compareciam no citado dia em razão de sua crença religiosa; muitos professores se aposentaram naquele ano letivo ou tiveram seus contratos encerrados em dezembro, impedindo a reposição dos dias que não foram trabalhados durante a greve; enfim, todos saíram prejudicados.

Insta anotar que o recorrido é pessoa jurídica e teria que comprovar, para a redução da multa, a impossibilidade de pagamento, com a juntada da respectiva documentação e a sua condição de hipossuficiência econômica, o que não restou atendido.

Pelo contrário, o primeiro agravo (interposto contra a decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo) foi protocolado em março e o sindicato, conforme lhe convinha, juntou extrato bancário do mês de janeiro. Teria que juntar extratos de vários meses, para fins de comprovação da hipossuficiência. No entanto, escolheu juntar apenas do mês que lhe convinha. Não obstante, verifica-se do extrato colacionado a fl. 10 que as movimentações financeiras são altas: o salto de início de mês era de R\$ 656.034,61; com certeza, no início do mês seguinte, o saldo aumentaria de novo, devido ao recebimento de valores provenientes de mensalidades, contribuições associativas, contribuições sindicais etc, oriundos dos milhares de servidores dos 77 municípios capixabas e do próprio Estado do Espírito Santo.

Nesse diapasão, o Município comprovou que o recorrido possui condições econômicas de arcar com a multa, as custas do processo e honorários advocatícios (fls. 361/428 dos autos em apenso).

Com efeito, somente no Município de Vitória, o recorrido, no ano de 2013, arrecadou R\$ 710.268,60; e de janeiro a maio de 2014, arrecadou R\$ 230.290,13, o que comprova seu poderio econômico (fls. 364/428).

Além desses valores (mensalidades, contribuições etc), o recorrido passou a contar com mais uma fonte de receitas: é que a partir de 2015, o Município de Vitória passou a descontar a contribuição sindical dos servidores e a repassá-la aos sindicatos respectivos.

Só o recorrido teve direito, em março de 2015, a RS 545.809,41 (fls. 22/90 dos autos em apenso); já para 2016, o recorrido teve direito a RS 494.712,85 (fls. 526/535). Somente esse tipo de contribuição soma R\$ 1.040.522,26, sem contar com os valores da contribuição sindical de 2017, paga no mês de maio.

O recorrido faz tão pouco-caso de desses valores que sequer se dignou a recebê-los junto ao Município, o que obrigou o Ente Público a

ajuizar ação de consignação perante a Justiça Trabalhista (0000049-69. 2016.5.17.0006) - fls. 526/535).

(...)

Tem, portanto, condições de arcar com todo o débito do vertente processo judicial, não se mostrando desarrazoada e/ou desproporcional a multa outrora fixada. Em entendendo esse Colendo STJ pela possibilidade de manutenção do acórdão e, consequentemente, pela redução da multa já abarcada pelo trânsito em julgado, que majore a quantia fixada na decisão monocrática e agravo interno, pois que muito aquém do valor correspondente ao bem da vida debatido nos vertentes autos.

(...)

O recorrido só encerrou a greve depois que a Administração decidiu por cortar o ponto dos professores, senão confira-se em: <https://tribunaonline.com.br/termina-greve-dos-professores-de-vitoria>. Acesso em 23.9.18:

(...)

Verifica-se que o recorrido é reincidente quanto ao não cumprimento de decisões judiciais, e reduzir o valor da multa é incentivar tal conduta e contribuir para o desprestígio do Poder Judiciário. Dessa forma, também sob esse ângulo, deve o v. Acórdão ser reformado.

IV - REQUERIMENTOS

ANTE O EXPOSTO, requer o conhecimento e provimento do presente recurso especial, para o fim de reformar o v. Acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, reconhecendo-se a violação ao princípio constitucional da coisa julgada e do direito adquirido" (fls. 858/865e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 871/876e), o recurso foi inadmitido na origem (fls. 882/884e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 891/901e).

A irresignação não merece acolhimento.

Quanto à alegação de ofensa aos arts. 461 e 573 do CPC/73, aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, tendo em vista que a parte recorrente não desenvolveu, nas razões do Recurso Especial, argumentos para demonstrar de que modo tais dispositivos foram violados.

Na forma da jurisprudência desta Corte, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de

07/03/2018).

Outrossim, acerca dos argumentos de impossibilidade de ser reduzida a multa aplicada, extrai-se do acórdão recorrido:

"Não bastasse o fato de a multa diária ter sido arbitrada ainda na vigência do CPC/1973, o que, a meu sentir, já seria suficiente para rechaçar a tese ventilada pelo ora agravante, denota-se que a decisão recorrida, embora mencione o disposto no art. 537, § 1º, do CPC/2015, na verdade, está sedimentada em recentes julgados do c. STJ, os quais, na forma do art. 461, § 6º, do CPC/1973, possibilitavam que o magistrado, até mesmo de ofício, afastasse ou alterasse o valor alcançado a título de astreintes, sobretudo quando insuficiente ou excessiva, à luz dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de evitar eventuais enriquecimentos sem causa.

Além disso, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada. Precedentes (AgInt no \ AREsp 919.356/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUART TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018)" (fl. 848e).

Dediciu, a Corte de origem, conforme entendimento deste Sodalício sobre o tema, conforme se verifica do precedente a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DESCUMPRIMENTO. ASTREINTES. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR. EXORBITÂNCIA RECONHECIDA. JUROS DE MORA. NÃO INCIDÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO ARBITRAMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento de recurso especial processado nos moldes do art. 543-C do CPC/1973, firmou entendimento de que "a decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada" (REsp n. 1.333.988/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO

SANSVERINO, julgado em 9/4/2014, DJe 11/4/2014).

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o

valor da multa cominatória arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, a quantia estabelecida pelo Tribunal de origem, relativa à multa diária, mostrou-se excessiva, a justificar a reavaliação, em recurso especial, do montante fixado.

4. Não incidem juros de mora sobre multa cominatória decorrente de sentença judicial impositiva de obrigação de fazer, por configurar evidente bis in idem. Precedentes.

5. "O termo inicial de incidência da correção monetária sobre a multa do § 4º do art. 461 do CPC deve ser a data do respectivo arbitramento, como ocorre nas hipóteses de dano moral (Súm. 362/STJ)" (EREsp n. 1.492.947/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/6/2017, DJe 30/6/2017).

6. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1.355.408/AL, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 21/11/2017).

Ante o exposto, em juízo de retratação, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora